POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCURSO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO EFETIVO DE ALUNO-A-OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL N.º 004/2022-SEPLAG/SESP/MT E AS DEVIDAS ALTERAÇÕES

Cargo:

ALUNO-A-OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

CADERNO DE PROVAS

Nome do Candidato

51 ANOS UFMT
Gerência de Exames e Concursos

I N S T R U Ç Õ E S

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Provas, com páginas numeradas de **01** a **29**, é constituído de:

► uma **Prova Objetiva** com **60 (sessenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas, assim distribuídas:

01 a **20 – Grupo I: Conhecimentos Gerais**
21 a **60 – Grupo II: Conhecimentos Específicos**

► uma **Prova de Redação.**

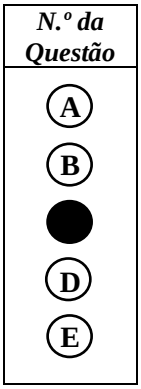
2. Caso o Caderno de Provas esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. Sobre a Marcação do Cartão de Respostas da Prova Objetiva

As respostas das questões deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. O Cartão de Respostas não será substituído por erro ou dano do candidato.

3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS, pinte completamente** o círculo correspondente.

*Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.*



3.2. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.

3.3. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS** e a **FOLHA DE REDAÇÃO**.

4. Na elaboração da Redação, poderá ser usada para rascunho a página 27 deste Caderno, mas o texto definitivo deverá ser transcrito na **FOLHA DE REDAÇÃO**. Use caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa fabricada em material transparente.

5. Não haverá substituição da **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro do candidato.

6. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.

7. A duração das provas é **4h30min**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** e à transcrição do texto definitivo da Redação para a **FOLHA DE REDAÇÃO**.

8. Somente após decorridas **2h30min** do início das provas, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Provas, seu Cartão de Respostas e sua Folha de Redação, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar Termo de Ocorrência declarando sua desistência do concurso.

9. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Provas somente **na última meia hora** de prova.

10. Na página **29** deste Caderno de Provas, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2h30min** do início da prova.

11. Após o término das provas, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** devidamente preenchidos e assinados (nos espaços próprios).

GRUPO I – CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

A ambiguidade é um recurso muito usado na linguagem poética e em textos publicitários para garantir maior expressividade ou humor. É um uso intencional. Na charge abaixo, o contexto desfaz a ambiguidade, criando uma situação humorística.

(Disponível em: https://www.bing.com/images/search?q=ambiguidade. Acesso em: 10/12/21.)

Na linguagem do dia a dia, é muito comum o uso de duplo sentido, o que prejudica o entendimento. Assinale a frase em que a ambiguidade **NÃO** foi desfeita.

[A] O comandante falou, no refeitório, que todos gozariam férias em janeiro.
[B] A ajudante de cozinha auxiliou o cozinheiro com a apresentação do prato.
[C] Com febre e mal-estar, o soldado solicitou dispensa ao superior.
[D] Por ser tarde da noite, o policial deteve o suspeito em sua casa.
[E] O policial pediu à noiva que apanhasse o celular dele no carro.

Instrução: Leia o excerto a seguir para responder às questões de 02 a 04.

Imaginemos uma cena possível do cotidiano:
Um garoto vai para a escola levado de carro por seu pai. Ao sinal vermelho do semáforo, surge bem em frente um menino mirrado, com roupas surradas e um nariz de palhaço, fazendo um triste show circense de malabarismo. Outros dois também aproveitam a parada obrigatória para vender balas ou pedir moedas. Rapidamente, o vidro do carro sobe depois da ordem e do comentário do pai: *Está vendo, filho, é assim que começa. Daqui a alguns anos, esses moleques vagabundos que não querem estudar e trabalhar estarão roubando e matando. Isso não tem jeito de consertar*. Acende o verde e lá vai o garoto para escola um pouco assustado, mas aliviado: *Ainda bem que minha família é do bem.*
Está plantada a semente do preconceito social.

(CARDOSO, C.M. Fundamentos para uma educação na diversidade. In: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/. Acesso em 20/10/2021.)

QUESTÃO 02

A respeito do trecho acima, assinale a afirmativa **INCORRETA.**

[A] A narrativa presente no trecho constitui um argumento para o autor fundamentar seu ponto de vista.
[B] A generalização feita pelo pai sobre o futuro dos meninos justifica haver tantas crianças infratoras.
[C] A frase final aponta que o preconceito social é criado também a partir de pequenas ações discriminatórias.
[D] O gênero textual mostra-se híbrido – argumentação e narrativa, atendendo ao propósito comunicativo.
[E] A frase que representa o pensar do garoto justifica o que está dito na última frase.

QUESTÃO 03

Analise as afirmativas sobre a fala do pai constante do excerto.

I- Emite um juízo de valor que considera os garotos como inferiores a ele em vários aspectos.

II- Mostra crença na desigualdade natural entre os seres humanos, considerando-se como possuidor da verdade absoluta e como padrão de comportamento de referência para todos.

III- Revela rejeição de culturas diferentes que, potencialmente, segundo ele, possam ameaçar o seu *status quo*.

IV- Considera os garotos seres semelhantes, porém inferiores, cópias imperfeitas de um modelo único, o que justifica a exclusão, a dominação, a exploração.

Estão corretas as afirmativas

[A] II e III, apenas.
[B] I, II e III, apenas.
[C] II e IV, apenas.
[D] I, III e IV, apenas.
[E] I, II, III e IV.

QUESTÃO 04

O uso adequado da vírgula auxilia na construção de textos mais claros, dirimindo, inclusive, ambiguidades. Leia a charge a seguir.

(Disponível em: https//br.pinterest.com/visaghair/plagiando. In: infoenem.com. 28-01-2016. Acesso em: 23/11/2021.)

A falta de vírgula antes da palavra *gente*, sintaticamente um vocativo, muda o sentido da frase, efeito intencionalmente buscado na charge. Em qual trecho do texto em análise, o uso da vírgula (ou das vírgulas) justifica-se pela mesma razão que deveria haver vírgula antes da palavra *gente*?

[A] *Acende o verde e lá vai o garoto para escola um pouco assustado, mas aliviado*
[B] *Rapidamente, o vidro do carro sobe depois da ordem e do comentário do pai*
[C] *Está vendo, filho, é assim que começa.*
[D] *Ao sinal vermelho do semáforo, surge bem em frente um menino mirrado, com roupas surradas e um nariz de palhaço, fazendo um triste show circense de malabarismo.*
[E] *Daqui a alguns anos, esses moleques vagabundos que não querem estudar e trabalhar estarão roubando e matando.*

Instrução: Leia o texto a seguir para responder às questões de 05 a 07.

Saber parar

Vamos começar pelo final, para ninguém aí querer pular para a última linha. A ansiedade é uma antiga conhecida da nossa espécie e tem uma função importante: preparar o corpo e a mente para decisões e ações ligeiras numa situação de forte estresse. Por exemplo, a de esbarrar com um predador faminto numa savana africana. A questão é que o ambiente e os desafios de hoje mudaram muito desde a Pré-História. Os predadores agora são outros e atendem pelo nome de excesso de estímulos – de informação, de tarefas, de metas.

Essas batalhas diárias podem deixar feridas, dor e dúvida. E o pior é que fomos ensinados a passar por cima de tudo isso e seguir pleníssimos, apesar do peso. Como se fôssemos máquina. E aí o mecanismo natural que nos salva de tantos perigos nunca tem trégua. Fica ligado constantemente, trazendo problemas e, muitas vezes, a necessidade de buscar ajuda profissional para ajustá-lo. Porque somos humanos.

Não sei bem de que forma chegamos até aqui, na normalização do ato de sorrir para o outro enquanto por dentro a gente chora. Deve ter a ver com nossa visão equivocada do que é ser forte. Achamos que só tem valor aquele que dá conta de tudo, supera limites, alcança o primeiro lugar. Se essas vitórias alcançam a saúde física e emocional do tal ser perfeito, poucos parecem se importar. Mas quem disse que precisa ser assim? Quem determinou que não podemos parar, desistir, recomeçar?

[...] O desacelerar pode estar na leitura de um livro, num gole de chá, em uma atividade física, em não fazer nada.[...]

(KEDOUK, Márcia. In: Revista TODOS, 10/2021.)

QUESTÃO 05

No penúltimo parágrafo, as duas perguntas feitas pela autora podem ser consideradas retóricas. O que justifica serem assim chamadas?

[A] Buscam obter uma informação nova para complementar os argumentos dados.
[B] Pretendem provocar ou reafirmar um ponto de vista ou refletir sobre o assunto abordado.
[C] Têm caráter mal-intencionado, com o propósito de usar as respostas contra quem as formulou.
[D] São usadas principalmente para ensinar a arte da eloquência, da linguagem.
[E] Exigem uma resposta imediata do interlocutor, sob pena de não ocorrer compreensão do texto.

QUESTÃO 06

Recursos coesivos são usados para conectar semanticamente as partes de um texto, são elementos que imprimem textualidade. Sobre elementos coesivos empregados, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O advérbio *aí* (linha 1) refere-se a um local distante do autor, o polo do interlocutor/leitor do texto. Trata-se de uma coesão referencial exofórica.
( ) No trecho *Os predadores agora são outros*, o advérbio apresenta a mesma ideia de *hoje* (linhas 4 e 5), em contraponto com a noção de *Pré-História* (linha 4).
( ) A expressão pronominal *tudo isso* (linha 8) retoma o sentido de *Os predadores* (linhas 4 e 5), expressão citada anteriormente no texto.
( ) No trecho *Não sei bem de que forma chegamos até aqui*, o advérbio *aqui* se contrapõe ao advérbio *aí* (linha 1), indicando o polo de quem escreveu o texto, também uma coesão referencial exofórica.
( ) A expressão *essas vitórias* (linha 13) retoma anaforicamente a ideia expressa na frase anterior.

Assinale a sequência correta.

[A] V, V, F, V, F
[B] V, F, F, V, V
[C] F, V, V, F, F
[D] F, F, V, V, F
[E] V, V, F, F, V

QUESTÃO 07

A respeito de formas verbais utilizadas no texto, assinale a afirmativa correta.

[A] As formas *é* (linha 1) e *são* (linha 5) pertencem ao verbo ser e estão empregadas no tempo presente do indicativo, mas em pessoas diferentes. Indicam estados positivos.

[B] A forma *fôssemos* (linha 8) pertence ao verbo ser, primeira pessoa do plural, do tempo presente do subjuntivo. Indica fato possível.

[C] As formas *mudaram* (linha 4), *disse* (linha 14) e *determinou* (linha 15) encontram-se no tempo pretérito mais que perfeito do indicativo. Indicam fato concluído.

[D] Na frase *Achamos que só tem valor aquele que dá conta de tudo, supera limites, alcança o primeiro lugar.*, todas as formas verbais, exceto a primeira – *Achamos*, encontram-se no presente do indicativo, indicando ação positiva.

[E] Em *Quem determinou que não podemos parar, desistir, recomeçar?*, as formas verbais *determinou* e *podemos* encontram-se no pretérito perfeito do indicativo. Indicam fato passado.

HISTÓRIA DE MATO GROSSO

QUESTÃO 08

Após um longo tempo de disputas territoriais e fronteiriças, as Coroas Ibéricas da Espanha e de Portugal firmaram em 1750 o Tratado de Madri em que se buscava solucionar esses conflitos. De um lado, Portugal cederia a posse da Colônia de Sacramento, em troca, o rei espanhol entregaria o território das missões jesuíticas além Uruguai, onde viviam cerca de 30 mil indígenas da etnia guarani. Além disso, uma comissão formada por representantes das duas monarquias deveria demarcar as fronteiras entre a América Espanhola e a Portuguesa. Qual o princípio jurídico que norteou as decisões do Tratado de Madri no que tange à demarcação das fronteiras entre as Coroas Ibéricas na América?

[A] *Ad hominem*

[B] *Imperium plenum*

[C] *Libertatem Populi*

[D] *Urbe et orbi*

[E] *Uti possidetis*

QUESTÃO 09

"Em 11 de novembro de 1864, uma canhoneira paraguaia aprisionou no Rio Paraguai o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, seguindo-se a esse ato o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. As operações de guerra começaram efetivamente a 23 de dezembro de 1864 quando López lançou uma ofensiva contra Mato Grosso" (FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: EDUSP, 1995). A Guerra do Paraguai foi resultado de múltiplos fatores dentre os quais a tensão geopolítica na Bacia do Prata. No que diz respeito ao Império brasileiro e ao Paraguai, quais eram os principais elementos de divergência entre esses governos?

[A] Questões de fronteira e a garantia de livre navegação no Rio Paraguai.

[B] A concorrência pelo comércio da erva mate e a fuga de escravos.

[C] As missões jesuítas e os tratados de livre comércio com os ingleses.

[D] A aliança do Império brasileiro com o caudilho argentino Rosas e o transporte de ouro mato-grossense pelo Rio Paraguai.

[E] A política imperial de anexação do Uruguai e o alinhamento econômico do Paraguai com os Estados Unidos.

QUESTÃO 10

A produção de erva-mate teve uma importância significativa na economia de Mato Grosso, especialmente no período compreendido entre o final da guerra com o Paraguai (1870) e a década de 1960. Neste ramo de atividade, teve relevante destaque a atuação da Companhia Mate Laranjeira que recebeu generosas concessões públicas para incentivar a produção mateira. Sobre a produção da erva-mate em Mato Grosso, é correto afirmar:

[A] Era uma produção extrativista voltada para a exportação principalmente para a Argentina.
[B] A plantação da erva-mate foi pioneira no uso de mão de obra de imigrantes no estado.
[C] O capital que financiou a atividade veio dos fazendeiros paraguaios cujas terras ficaram improdutivas devido à guerra.
[D] A organização da Companhia seguia os princípios das grandes companhias de comércio holandesas.
[E] A família imperial era o sócio majoritário dessa empresa.

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

QUESTÃO 11

Leia os textos.

TEXTO I

Um bloco rochoso de aproximadamente 12 metros de comprimento (equivalente ao tamanho de um ônibus) despencou do paredão da cachoeira do Véu de Noiva (no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães) e deixou cinco pessoas feridas, duas delas em estado grave. O desastre aconteceu por volta das 12h30 de segunda-feira (21/04/2008) e por pouco não soterrou as cerca de 30 pessoas que estavam no local, várias delas sofreram escoriações. O paredão que despencou interrompeu o curso da queda d'água por alguns instantes, fazendo uma grande onda ao cair no riacho. Logo após o acidente o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ordenou que o parque fosse fechado por tempo indeterminado.

(Fonte: https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/bloco-que-desabou-tinha-12m/175042. Acesso em: 10/01/2022.)

TEXTO II

Pela classificação de Ross (1996), o relevo de Mato Grosso apresenta três tipos de unidades geomorfológicas: os planaltos, as depressões e as planícies, que foram identificados em cinco grandes categorias e compartimentados em subunidades.

(MORENO, Gislaine et. al. *Geografia de Mato Grosso*: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.)

De acordo com a classificação de Ross e a localização da estrutura rochosa abordada no texto I, esta estrutura pertence à unidade de Planalto em

[A] Intrusão.
[B] Bacia Sedimentar.
[C] Cinturão Orogênico.
[D] Cobertura Residual de Plataforma.
[E] Depressão.

QUESTÃO 12

Leia os textos.

Texto I

Por ser um grande exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados, Mato Grosso necessita de uma infraestrutura de transporte capaz de suportar a demanda crescente de veículos e de carga, que garanta a entrada de produtos e o escoamento da produção. Porém, no estado a malha viária está muito aquém das necessidades, sendo um dos fatores responsáveis pela perda de competitividade da produção, além de insuficiente, a maior parte desta malha não apresenta a infraestrutura adequada de funcionamento. O estado conta com cinco eixos rodoviários federais e oito eixos rodoviários estaduais.

(MORENO, Gislaine. *Geografia de Mato Grosso:* território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. Adaptado).

Texto II

O deputado estadual Eduardo Botelho afirmou que a construção da 1ª Ferrovia Estadual vai possibilitar o crescimento da industrialização na Região Metropolitana de Cuiabá, por meio da implantação de um terminal na Capital, cujas obras já são consideradas a realização de um "sonho". A construção da ferrovia estadual prevê 730 quilômetros de linha férrea que vão interligar os municípios de Rondonópolis a Cuiabá, além de Rondonópolis com Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, e que vão se conectar à malha nacional, em direção ao Porto de Santos (SP). "A baixada cuiabana tem vocação para a agricultura familiar, para força de trabalho e esperamos a industrialização para gerar emprego e renda para nosso povo. Se Deus quiser essa ferrovia vai alavancar a economia da baixada cuiabana e de todo o Estado de Mato Grosso", disse Eduardo Botelho.

(Disponível em: http://www.sinfra.mt.gov.br/-/17981944-eduardo-botelho-a-ferrovia-vai-alavancar-a-industrializacao-de-cuiaba-e-de-todo-estado-. Acessado em: 16/12/2021)

Sobre o assunto, analise as afirmativas.

I- O eixo ferroviário entre Rondonópolis e Cuiabá tem previsão de conclusão de obras e respectivo funcionamento no ano de 2025. Conta com previsão de início das obras para o ano de 2022, sendo executadas pela empresa Rumo S/A e ao menos 26 municípios que estão às margens do traçado da ferrovia serão beneficiados diretamente com a implantação da malha ferroviária.

II- Atualmente no estado existem duas empresas que possuem autorização para a prestação de serviço de transporte hidroviário. São as empresas Doerner & Cia. Ltda. e Centro Oeste Navegações Ltda., que juntas operam um total de 13 travessias, utilizando os rios Arinos, Juruena, Rio Verde, Apiacás, Roosevelt e Teles Pires, principalmente.

III- O principal modal de escoamento de grãos de Mato Grosso se dá pelas rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). No ano de 2021 a BR-364 completou 48 anos de existência, e conforme dados da empresa Rota do Oeste, a BR-163 apresenta um fluxo de 70 mil veículos circulando diariamente nesta rodovia, sendo 70% veículos de carga.

IV- A hidrovia Paraguai-Paraná está inserida nas bacias dos rios Cuiabá, Paraguai, Taquari, Negro e Miranda, sendo, desde o século XIX, uma via fluvial de transporte de grande papel na integração sul-americana. Porém, foi desativada no início do século XX, em função da implantação da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), ligando o sul de Mato Grosso à região sudeste do país.

Está correto o que se afirma em

[A] II e III, apenas.
[B] I, III e IV, apenas.
[C] I, II e III, apenas.
[D] II e IV, apenas.
[E] III e IV, apenas.

QUESTÃO 13

Sobre a classificação climática de Mato Grosso, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em Mato Grosso, onde as áreas mais elevadas são formadas por chapadas, a altitude associada à ventilação constitui o fator geográfico que mais influencia as variações de temperatura e pluviosidade.

( ) A classificação climática de Strahler divide o clima de Mato Grosso em três tipos Tropical Chuvoso de Floresta, de Savana, e Tropical de Altitude, enquanto que a classificação de Koppen classifica somente em Equatorial Quente-úmido e Tropical Seco-úmido.

( ) Mato Grosso, pela sua localização latitudinal, encontra-se na região tropical, onde a continentalidade, a extensão territorial, as variações do relevo e a circulação atmosférica influenciam na distribuição espacial da temperatura.

( ) A capital do estado, Cuiabá, caracteriza-se por clima tropical, com menos pluviosidade no inverno que no verão, de quatro a cinco meses secos, apresentando uma temperatura média acima dos 26°C e com uma pluviosidade média anual de 1.498 mm.

Assinale a sequência correta.

[A] F, V, V, F
[B] F, V, F, F
[C] V, V, V, V
[D] V, F, F, F
[E] V, F, V, V

PRINCÍPIOS DE ÉTICA E FILOSOFIA

QUESTÃO 14

Leia o texto.

"A técnica moderna introduziu ações de uma tal ordem inédita de grandeza, com tais novos objetos e consequências que a moldura ética antiga não consegue mais enquadrá-las. [...]. A presença do homem no mundo era um dado primário e indiscutível de onde partia toda ideia de dever referente à conduta humana: agora, ela própria tornou-se um objeto de dever – isto é, o dever de proteger a premissa básica de todo dever, ou seja, precisamente a presença de meros candidatos a um universo moral no mundo físico do futuro; isso significa, entre outras coisas, conservar este mundo físico de modo que as condições para uma tal presença permaneçam intactas".

(JONAS, H. *O princípio responsabilidade:* ensaio de uma ética para civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006)

Considerando o trecho citado e as reflexões de Hans Jonas sobre o princípio da responsabilidade, é correto afirmar:

[A] As premissas das éticas antigas devem ser resgatadas uma vez que permitem repensar a inserção do ser humano na natureza e os impactos da ação humana no planeta.
[B] A responsabilidade ética na sociedade atual exige uma perspectiva antropocêntrica a fim de preservar a vida das gerações futuras.
[C] A separação entre ser humano e natureza, característica da sociedade moderna, permitiu colocar a natureza como objeto de responsabilidade ética.
[D] A ação ética na civilização tecnológica demanda uma responsabilidade coletiva que tome como base as futuras gerações.
[E] A ética da responsabilidade desconsidera a dignidade própria da natureza, mas defende o uso moderado dos recursos naturais a fim de preservar as condições materiais de vida das gerações futuras.

QUESTÃO 15

Leia o texto.

"Finalmente há um imperativo que, sem pôr no fundamento como condição qualquer outro objetivo a ser alcançado mediante uma certa conduta, ordena imediatamente essa conduta. Este imperativo é *categórico*. Ele não diz respeito à matéria da ação e ao que deve seguir-se dela, mas à forma e ao princípio do qual ela mesma decorre, e o essencialmente bom da ação consiste na disposição, seja qual for seu resultado. Este imperativo pode chamar-se de imperativo da *moralidade*".

(KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000)

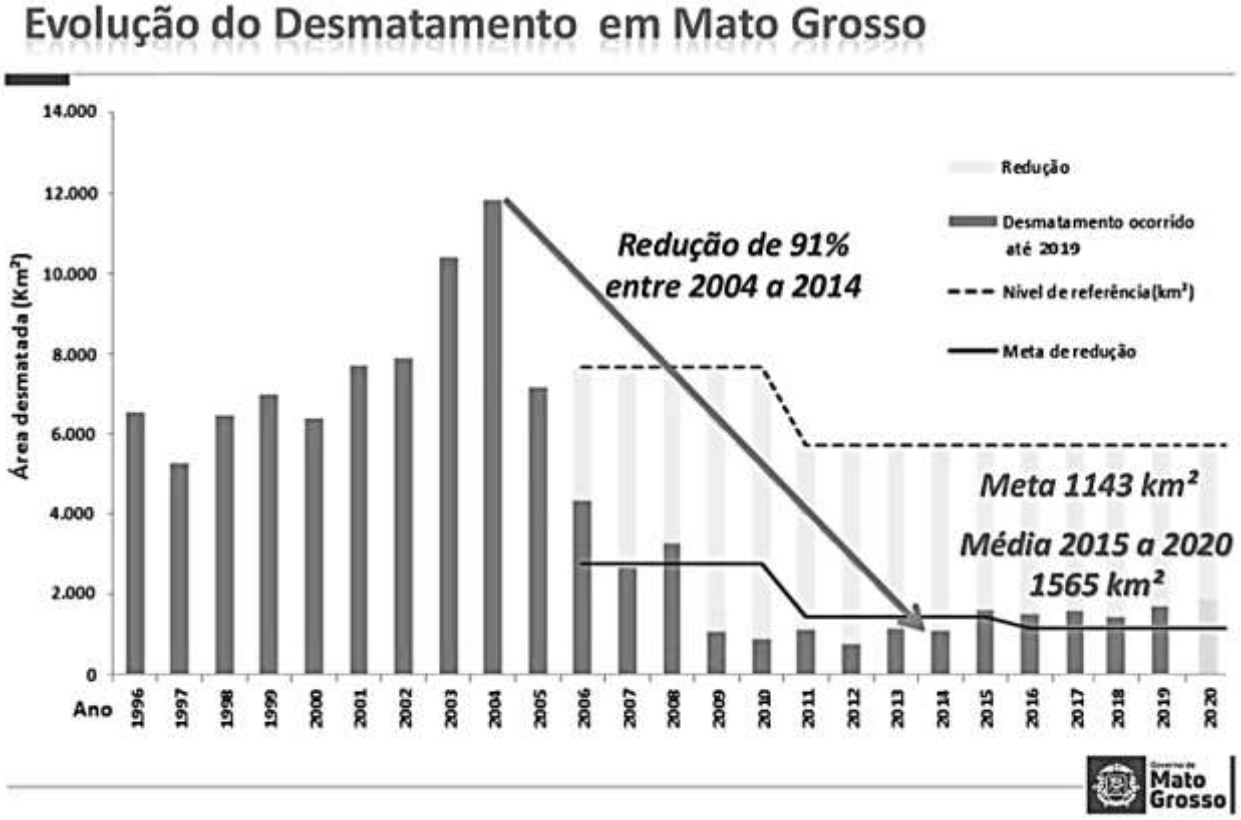
De acordo com o trecho e as características da ética kantiana, é correto afirmar:

[A] A lei moral é condicionada, em seu princípio, pela cultura.
[B] O imperativo moral deriva da experiência.
[C] A lei moral conduz à felicidade.
[D] O imperativo moral é *a priori*.
[E] A lei moral pondera as consequências da ação.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 16

Observe o gráfico a seguir:



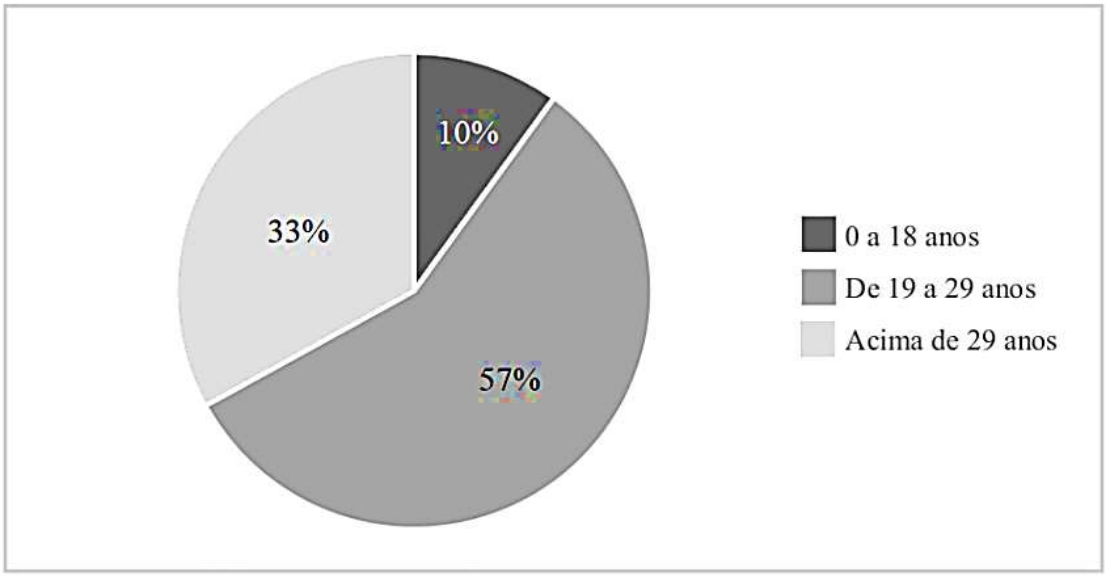
A partir dessas informações, admita que a área desmatada em 2021 corresponda à média calculada de 2015 a 2020. Em que ano a meta de 1.143 km^2 será alcançada, se a cada ano a área desmatada cair 31 km^2?

[A] 2040
[B] 2034
[C] 2036
[D] 2037
[E] 2035

QUESTÃO 17

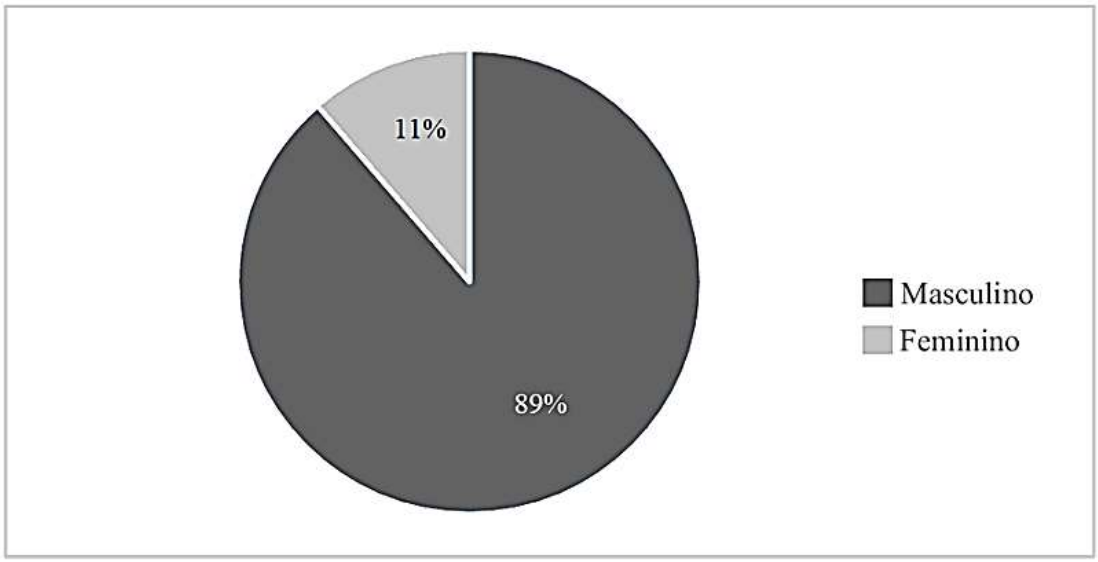
Os gráficos a seguir constam do Anuário da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso – 2019, e analisam os homicídios, Art. 121 do Código Penal, conforme a faixa etária da vítima (gráfico 2.1) e a proporção de homicídios por sexo (gráfico 2.2) em Mato Grosso no ano de 2019.

Gráfico 2.1 - Homicídio por faixa etária em Mato Grosso em 2019



Fonte: relatórios SROP PJC PM e SINESP PJC
*Exceto morte por intervenção de agente do Estado.

Gráfico 2.2 – Proporção de Homicídios por sexo em Mato Grosso em 2019



Fonte: relatórios SROP PJC PM e SINESP PJC
*Exceto morte por intervenção de agente do Estado.

Considere que no Gráfico 2.1, dos 10% da faixa etária de 0 a 18 anos, dos 57% da faixa etária de 19 a 29 anos e dos 33% da faixa etária acima de 29 anos, 4 em cada 5 pessoas, 17 em cada 19, e 10 em cada 11 das respectivas faixas eram do sexo masculino. A partir dessas informações, ao se escolher um caso aleatório, qual é a probabilidade de esse caso ser de uma pessoa do sexo feminino na faixa etária de 19 a 29 anos?

[A] 3%
[B] 2%
[C] 6%
[D] 8%
[E] 5%

QUESTÃO 18

O Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar (QOSPM) é composto por:

Postos	Quantidade
Coronel	02
Tenente-Coronel e Major	30
Capitão	25
Primeiro-Tenente e Segundo-Tenente	30
TOTAL	**87**

Assinale a alternativa que apresenta o número total de comissões que podem ser formadas com 4 membros do QOSPM, dentre os Coronéis, os Capitães ortopedistas e os Capitães odontólogos, que contenham pelo menos um Coronel e que não seja uma comissão formada apenas por médicos, nem apenas por odontólogos.

[A] 53
[B] 55
[C] 68
[D] 70
[E] 72

Dados:
- Dentre os Coronéis do QOSPM, um é médico e o outro é odontólogo;
- Dentre os Capitães do QOSPM, três são ortopedistas e três são odontólogos.

QUESTÃO 19

Um Perito Criminal, em seu trabalho sobre investigação em local de acidente de tráfego, pode necessitar calcular a distância de parada segura para veículos a motor (*DPS*). Para tanto, ele dispõe da seguinte fórmula:

$$DPS = V.T_p + \frac{V^2}{2.a}$$

Onde: T_p = Tempo de Reação/Percepção, em segundos;
V = Velocidade, em metros por segundo;
a = Fator de aceleração.

Qual é a velocidade, em metros por segundo, considerando DPS = 63 m, T_p = 2 s e a = 6 m/s^2?

[A] 16
[B] 18
[C] 17
[D] 19
[E] 20

QUESTÃO 20

De um grupo de 21 policiais, 9 participaram da operação Delta, 11 da operação Águia, 8 da operação Brasa, 4 das operações Delta e Águia, 3 das operações Águia e Brasa, 2 das operações Delta e Brasa e 1 não participou de qualquer das três operações. A partir dessas informações, assinale a alternativa que apresenta o número de policiais que participaram apenas da operação Brasa.

[A] 1
[B] 3
[C] 2
[D] 4
[E] 0

RASCUNHO

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21

Com base na redação atualizada da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a afirmativa **INCORRETA.**

[A] Estão sujeitos às sanções legais por improbidade administrativa os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido, limitado o ressarcimento de prejuízos à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

[B] O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilização por ato de improbidade administrativa.

[C] O sistema legal de improbidade administrativa determina que as sanções legais são aplicáveis àquele que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato considerado ímprobo, desde que seja enquadrado como agente público.

[D] A responsabilidade do sucessor ou herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente é caracterizada também na hipótese de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária.

[E] As pessoas jurídicas não se sujeitam às sanções cominadas para atos de improbidade administrativa, quando submetidas ao regime legal de responsabilização objetiva administrativa e civil por atos lesivos à administração pública.

QUESTÃO 22

Leia o seguinte trecho extraído de artigo jurídico:

A responsabilidade civil do Estado possui o seu fundamento legal nas disposições que foram estabelecidas no art. 37, § 6º, da vigente Constituição Federal de 1988. Ao administrado que suportar uma lesão decorrente de um ato praticado por um servidor, ou mesmo por um integrante das forças policiais, civis ou militares, bastará demonstrar o nexo de causalidade entre o fato e o dano suportado para que possa ser indenizado. Essa responsabilidade é de natureza objetiva e não exige a comprovação de culpa por parte do lesado em razão do ato que foi praticado pelo agente que se encontrava a serviço do Estado.

(...)

Mas, apesar da natureza da responsabilidade que foi estabelecida pelo vigente texto constitucional, ao ser acionado judicialmente o Estado poderá provar que não foi o responsável pelo evento suportado pelo administrado. No exercício de sua defesa em juízo, o Estado poderá suscitar a ocorrência de uma das causas denominadas de excludentes da responsabilidade, como por exemplo, a culpa exclusiva ou concorrente da vítima, atos de terceiros, atos de multidões, ou mesmo o caso fortuito ou a força maior, que poderão excluir ou até mesmo reduzir a quantia a ser paga ao particular a título de indenização por danos materiais e ou morais.

Se eventualmente, o Estado for acionado judicialmente em razão de atos praticados pelos integrantes das forças policiais, civis ou militares, poderá alegar em sua defesa, contestação, que o ato foi praticado sob o manto da coação administrativa, que autoriza o uso da força para a manutenção ou restabelecimento da ordem pública, tranquilidade e salubridade pública, e também é uma causa de exclusão da responsabilidade na lição de Otto Mayer.

(ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. *Excludentes de responsabilidade em face da autuação das forças policiais.* Disponível em: https://www.jurisite.com.br/textos_juridicos/excludentes-de-responsabilidade-do-estado-em-face-da-atuacao-das-forcas-policiais/. Acesso em: 05 jan. 2022.)

Considerando o tema tratado no texto, qual a teoria adotada no direito pátrio para fundamentar a responsabilidade civil do Estado em razão de ato praticado por um servidor ou mesmo por um integrante das forças policiais, civis ou militares, segundo a jurisprudência e a doutrina dominantes?

[A] Teoria do risco administrativo

[B] Teoria do risco integral

[C] Teoria da culpa administrativa

[D] Teoria da culpa anônima

[E] Teoria da culpa do serviço

QUESTÃO 23

Excepcionalmente, o Poder Público poderá intervir na propriedade privada, com o fim de atender ao interesse público. Sobre as modalidades de intervenção previstas no direito administrativo, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

1. Servidão
2. Requisição
3. Desapropriação
4. Tombamento

( ) É modalidade de intervenção supressiva do direito de propriedade, por meio da qual o Estado adquire para si a propriedade de terceiro, com respaldo em um dos fundamentos legais.

( ) É limitação perpétua ao direito de propriedade, que pode recair sobre bem móvel ou imóvel, privado ou público, com a finalidade de preservar aspectos relacionadas ao seu valor cultural, histórico, artístico, paisagístico ou arquitetônico.

( ) É forma de intervenção restritiva na propriedade, que implica instituição de ônus real de uso de natureza pública sobre coisa alheia, por meio do qual parcela do bem tem seu uso compartilhado ou limitado.

( ) É forma de intervenção restritiva à propriedade, incidente sobre bens móveis, imóveis e serviços, podendo ser civil ou militar, para atender situações de perigo público iminente.

Marque a sequência correta.

[A] 4, 3, 1, 2
[B] 3, 4, 2, 1
[C] 4, 2, 1, 3
[D] 3, 2, 4, 1
[E] 3, 4, 1, 2

QUESTÃO 24

Leia o seguinte excerto de acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná:

Sustentou o apelante que era policial militar do Estado do Paraná, e que se aposentou em 30/08/2007 por tempo de contribuição. Afirmou que sofreu processo administrativo disciplinar que ensejou a sua exclusão da corporação com o consequente cancelamento dos seus proventos, mesmo tendo contribuído por mais de 25 (vinte e cinco) anos para a previdência do Estado do Paraná. (...) Disse que a sentença hostilizada afronta ao princípio constitucional da legalidade e ao direito adquirido e requereu o provimento do recurso (mov. 93.1) (...). Com efeito, a controvérsia estabelecida foi objeto de inúmeros julgados desta Corte de Justiça, que já firmou o entendimento pacífico no sentido de reconhecer a legalidade do ato administrativo que cancela os proventos de aposentadoria de policial militar da reserva remunerada quando excluído da corporação em face da prática de ato compatível com a sua função, desde que submetido a regular processo administrativo, o que se deu no caso em exame (...). Por isso, mediante certidão de tempo de contribuição, o ora apelante poderá averbá-la no RGPS a ser compensado, não havendo que se falar em perda do período contributivo. Fica, portanto, mantida a sentença apelada que bem decidiu a questão controvertida, julgando improcedente o pedido e condenando o autor ao pagamento das verbas de sucumbência, observando-se, contudo, que se trata de beneficiário de justiça gratuita (...).

(Disponível em: https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/837234588/apelacao-apl-16211419-pr-1621141-9-acordao. Acesso em: 06 jan. 2022.)

O julgamento narra hipótese de ato administrativo que desfaz ato anterior, em razão do descumprimento de exigências legais por parte do beneficiário. Trata-se de hipótese de

[A] Revogação.
[B] Caducidade.
[C] Cassação.
[D] Contraposição.
[E] Derrubada.

QUESTÃO 25

Em consonância com o § 1º do art. 71 da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional o ato de sustação de contrato, cabendo ao Poder Executivo adotar as medidas cabíveis. No mesmo sentido, em consonância com o princípio da simetria, compete à Assembleia Legislativa determinar a sustação de contratos firmados pelo Poder Executivo Estadual, caso identificadas irregularidades. Sobre tal forma de controle dos atos praticados pela Administração Pública, analise as afirmativas.

I- O exercício do controle legislativo ou controle parlamentar pode ocorrer diretamente, por ato da própria Casa Legislativa, ou indiretamente, com o auxílio dos Tribunais de Contas, alcançando não apenas os órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo, mas também o Poder Judiciário, quando este estiver executando, de forma atípica, função administrativa.

II- O controle legislativo abrange aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, alcançando, inclusive, aspectos de eficiência, eficácia e efetividade das contratações administrativas.

III- O controle legislativo pode ser prévio, quando, por exemplo, o Tribunal de Contas exerce a fiscalização sobre o processo licitatório, ou concomitante, em caso de sustação do contrato pela Casa Legislativa, porém o controle posterior, após o término do contrato, é exercido, de forma exclusiva, pelo Poder Judiciário.

IV- O controle legislativo, além do caráter político, pode ser exercido sob aspecto financeiro ou orçamentário, com o intuito de fiscalizar qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos.

Estão corretas as afirmativas

[A] I, II, III e IV.
[B] I, II e IV, apenas.
[C] I e IV, apenas.
[D] II, III e IV, apenas.
[E] II e III, apenas.

QUESTÃO 26

Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, conhecida como nova Lei de Licitações e Contratos, acerca do pregão, assinale a afirmativa correta.

[A] Ao pregão aplica-se rito procedimental diverso do previsto para a concorrência.
[B] O pregão segue o rito procedimental comum, no qual a fase do julgamento é posterior à fase de habilitação.
[C] O pregão é aplicável às contrações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
[D] O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, exceto serviços comuns de engenharia.
[E] O critério de julgamento no pregão poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 27

Em consonância com as disposições constitucionais, em caso de condenação de oficial militar estadual pela prática de crime militar definido em lei, a perda do posto e da patente é de competência

[A] do Tribunal do Júri.
[B] do juiz de direito do juízo militar prolator da sentença condenatória.
[C] do Conselho de Justiça.
[D] da Auditoria Militar.
[E] do Tribunal de Justiça do Estado.

QUESTÃO 28

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos inerentes à cidadania, analise as afirmativas.

I- Cabe *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à cidadania.

II- São gratuitos, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

III- Qualquer cidadão brasileiro é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa ou ao meio ambiente.

IV- O nacional adquire a qualidade de cidadão a partir do alistamento eleitoral, o qual é obrigatório para maiores de dezoito anos, exceto se conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.

Estão corretas as afirmativas

[A] II, III e IV, apenas.
[B] I, III e IV, apenas.
[C] I e IV, apenas.
[D] II e III, apenas.
[E] I e II, apenas.

QUESTÃO 29

A respeito das normas previstas na Constituição Federal de 1988 acerca de controle de constitucionalidade, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

( ) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

( ) Compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar e julgar a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção estadual em município, com o fim de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

( ) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Assinale a sequência correta.

[A] F, V, F, V
[B] V, F, V, V
[C] V, V, F, V
[D] V, F, V, F
[E] F, F, V, F

QUESTÃO 30

Segundo as normas da Constituição Federal de 1988 acerca de organização político-administrativa aplicáveis aos Estados Federados, é correto afirmar:

[A] As ilhas fluviais, oceânicas e costeiras ficam excluídas do domínio dos Estados, visto que tais bens pertencem ao patrimônio da União ou de particulares.

[B] É vedado aos Estados subvencionar igrejas ou cultos religiosos ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

[C] Os Estados poderão, desde que autorizados pelo governo federal, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

[D] Os Estados poderão incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para formarem novos Estados, mediante lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, que deverá ser submetida à deliberação da população diretamente interessada, pela via do referendo.

[E] A iniciativa popular no processo legislativo estadual depende da apresentação à respectiva Assembleia Legislativa de projeto de lei assinado por, pelo menos, cinco por cento do eleitorado do Estado.

Instrução: Leia o texto a seguir para responder às questões 31 e 32.

Ponto de partida para o reconhecimento de uma eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares é a constatação de que, ao contrário do Estado clássico e liberal de Direito, no qual os direitos fundamentais, na condição de direitos de defesa, exerciam – ou, pelo menos, eram concebidos desse modo – a função precípua de proteger o indivíduo de ingerências por parte dos poderes públicos no âmbito da sua esfera pessoal (liberdade, privacidade, propriedade, integridade física etc.), alcançando, portanto, relevância apenas nas relações entre os indivíduos e o Estado, como reflexo da então preconizada separação entre sociedade e Estado, assim como entre o público e o privado, no assim denominado Estado Social de Direito tal configuração restou superada.

Com efeito, com a ampliação crescente das atividades e funções estatais, somada ao incremento da participação ativa da sociedade no exercício do poder, verificou-se que a liberdade dos particulares – assim como os demais bens jurídicos fundamentais assegurados pela ordem constitucional – não carecia apenas de proteção contra ameaças oriundas dos poderes públicos, mas também contra os mais fortes no âmbito da sociedade, isto é, advindas da esfera privada. Na verdade, cumpre assinalar que, se o Estado chegou a ser considerado o destinatário exclusivo dos direitos fundamentais dos seus cidadãos, não há como negar que as ameaças resultantes do exercício do poder social e da opressão socioeconômica já se faziam sentir de forma aguda no auge do constitucionalismo liberal-burguês, bastando aqui uma breve alusão às consequências da Revolução Industrial, cujo primeiro ciclo teve início justamente quando eram elaboradas as primeiras Constituições escritas e – ao menos no âmbito europeu – quando se vivenciava o apogeu dessa primeira "onda" do constitucionalismo, no âmbito do qual, de resto, foram reconhecidos – ao menos sob o prisma formal – os primeiros direitos fundamentais.

O Estado passa a aparecer, assim, como devedor de postura ativa, no sentido de uma proteção integral e global dos direitos fundamentais, deixando de ocupar – na feliz formulação de Vieira de Andrade – a posição de "inimigo público", ou, pelo menos, não mais a de inimigo número um (ou único) da liberdade e dos direitos dos cidadãos, como poderíamos acrescentar. Nesse contexto, cumpre referir que expressivo rol de doutrinadores têm reproduzido a tendência (por sua vez, não completamente imune a críticas) de reconduzir o desenvolvimento da noção de uma vinculação dos particulares aos direitos fundamentais ao reconhecimento de sua dimensão jurídico-objetiva, de acordo com a qual os direitos fundamentais exprimem determinados valores que o Estado não apenas deve respeitar, mas também promover e proteger, valores esses que, de outra parte, alcançam uma irradiação por todo o ordenamento jurídico – público e privado –, razão pela qual de há muito os direitos fundamentais deixaram de poder ser conceituados como sendo direitos subjetivos públicos, isto é, direitos oponíveis pelos seus titulares (particulares) apenas em relação ao Estado.

(SARLET, Ingo Wolfgang. *Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais*. B. Cient. ESMPU, Brasília, a. 4 - n.16 - jul./set. 2005.)

QUESTÃO 31

No que tange ao "reconhecimento de uma eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares", como consta do texto, assinale a afirmativa correta.

[A] A denominada "eficácia vertical" dos direitos fundamentais não se restringe às relações entre o Estado e os indivíduos, mas atinge as relações em que entidades privadas desfrutem de elevado poder social, ou em que indivíduos estejam, em relação a outros, em situação de supremacia de fato ou de direito.

[B] A concepção de que os direitos fundamentais obrigam não somente o Estado, mas também os particulares, no sentido de que devem respeitar tais direitos em suas relações privadas, é denominada pela doutrina constitucionalista de "eficácia horizontal" dos direitos fundamentais.

[C] O Supremo Tribunal Federal rechaça as teorias que defendem a vinculação de particulares aos direitos fundamentais, visto que essas ideias resultam na negação do princípio da autonomia da vontade, o qual preceitua que os indivíduos dotados de capacidade jurídica detêm a liberdade de praticar atos e assumir obrigações entre si.

[D] A ideia de vinculação dos particulares aos direitos fundamentais é uma noção superada no direito constitucional, uma vez que, ao invés de promover certo grau de proteção daqueles menos favorecidos nas relações privadas, acaba por redundar num incremento do poder do Estado, que adquire espaço para uma crescente ingerência nessas relações.

[E] Não cabe ao legislador normatizar as hipóteses em que o princípio da autonomia da vontade há de ceder para a incidência dos direitos fundamentais, pois são as próprias partes contratantes que devem pactuar quais regras regerão as relações estabelecidas entre si.

QUESTÃO 32

O autor do texto refere-se à superação da configuração dos direitos concebidos como de defesa no Estado clássico e liberal de Direito pelo denominado Estado Social de Direito. Neste contexto, o surgimento e desenvolvimento histórico dos direitos fundamentais é retratado pela doutrina como gerações ou dimensões de direitos. Os direitos sociais, tais como prestações de saúde, educação e trabalho, que visam assegurar condições de vida digna e desenvolvimento da personalidade humana, são considerados como direitos de

[A] Quinta geração.

[B] Primeira geração.

[C] Terceira geração.

[D] Quarta geração.

[E] Segunda geração.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 33

Analise a seguinte situação hipotética:

Carolino Modesto, réu primário, foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, pelo crime de roubo. Após cumprido mais de um terço da pena, foi beneficiado pelo livramento condicional. Todavia, praticou fato definido como crime, para o qual é prevista pena privativa de liberdade, durante o período de livramento condicional. Neste caso, qual a consequência legal do crime cometido na vigência do benefício, em consonância com a legislação em vigor?

[A] A suspensão do benefício durante a tramitação do processo criminal referente ao novo delito e, somente em caso de sentença condenatória transitada em julgado, a revogação do livramento.

[B] A suspensão do benefício desde a confirmação do fato e da autoria na fase de inquérito policial e a revogação do livramento, quando for recebida a denúncia pela prática do novo delito.

[C] A revogação obrigatória e imediata do livramento, em virtude da previsão de pena privativa de liberdade para o novo delito.

[D] A revogação do livramento, a critério discricionário do juiz, em razão do descumprimento pelo condenado de requisitos de ordem subjetiva para permanecer com o benefício.

[E] A revogação do livramento, a critério discricionário do juiz, em razão do descumprimento pelo condenado de requisitos de ordem objetiva para permanecer com o benefício.

QUESTÃO 34

Em relação ao concurso de pessoas no Direito Penal, a infração penal é descaracterizada quando o agente

[A] instiga alguém a cometer o crime.
[B] oferece auxílio, mediante contribuição material, com finalidade delituosa.
[C] realiza acordo prévio para prática do crime, mas o delito não é tentado.
[D] induz alguém a cometer o crime.
[E] empresta instrumentos para emprego na execução do crime.

QUESTÃO 35

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado agente público foi condenado pelo crime de uso de documento falso, mas o Juízo criminal decidiu pela substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito na modalidade interdição temporária de direitos.

No caso relatado, qual a pena prevista na legislação penal, que atinge diretamente a condição de agente público?

[A] Perda dos vencimentos do cargo, função pública ou mandato eletivo.
[B] Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.
[C] Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.
[D] Impedimento de contratar com a Administração Pública.
[E] Suspensão temporária de participação em certames públicos.

Instrução: Leia o seguinte excerto de acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná para responder às questões de 36 a 38.

(...) O Ministério Público do Estado do Paraná, por meio de seu representante, denunciou o réu A. M., CB. QPM 1-0, (...) pelos seguintes fatos: "No dia 18 de dezembro de 2015, em horário não preciso, o ora denunciado policial militar Cabo A. M., deixou seu veículo tipo caminhonete marca Chevrolet, modelo Bonanza, Placa xxx-xxxx, estacionado para pernoite em plena via pública, em frente à residência situada na Rua Fagundes Varela, nº 1.651, bairro de Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa/PR, quando, durante a madrugada, em horário indeterminado, teve o veículo arrombado por pessoa(s) não identificada(s), sendo subtraído de seu interior, além de alguns objetos pessoais seus, material bélico de propriedade da Polícia Militar do Paraná, consistente em 02 (dois) carregadores para pistola marca Taurus, modelo PT 24/7, Calibre .40, avaliados cada um em R$ 206,05 (duzentos e seis reais e cinco centavos), devidamente municiados contendo cada um 15 (quinze) munições intactas de pistola calibre .40, no total de 30 (trinta) munições marca CBC, calibre .40, Gold Rex, avaliada, cada uma delas em R$ 6,20 (seis reais e vinte centavos), totalizando o material bélico subtraído em R$ 596,49 (quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos), já descontada a depreciação legal, conforme Termo de Depreciação de Material Bélico de fls. 048 e Auto de Avaliação Indireta de fls. 052/053 dos autos. Pelas circunstâncias acima descritas, denota-se evidente o descuido, a negligência e a verdadeira irresponsabilidade do denunciado na guarda do material e munições pertentes à Corporação Militar, que estavam sob sua posse e responsabilidade, por deixá-los no interior de veículo estacionado em via pública para pernoite em local nada seguro, à mercê da previsível ocorrência de furto tão comum a veículos estacionados nestas condições, faltando assim ao dever objetivo de cuidado que lhe era exigível, consumando-se o extravio, para o qual o denunciado concorreu diretamente".

(Disponível em: https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/835394091/apelacao-apl-17399694-pr-1739969-4-acordao. Acesso em: 07 jan. 2022.)

QUESTÃO 36

Extrai-se da narrativa que um policial militar foi denunciado por ter concorrido, mediante descuido ou negligência, para o crime de furto, cometido por outrem, que resultou na subtração de bens integrantes do patrimônio público. Sendo assim, restou caracterizada a prática do seguinte crime contra a Administração Pública:

[A] Peculato mediante erro de outrem.
[B] Peculato culposo.
[C] Peculato.
[D] Prevaricação.
[E] Concussão.

QUESTÃO 37

Na hipótese retratada no texto, a reparação do dano, se preceder à sentença irrecorrível, nos termos da legislação penal, é causa

[A] suspensiva da prescrição.
[B] excludente de ilicitude.
[C] excludente de tipicidade.
[D] excludente de culpabilidade.
[E] extintiva da punibilidade.

QUESTÃO 38

Na hipótese retratada no texto, a reparação do dano, se posterior à sentença irrecorrível, nos termos da legislação penal, é causa de

[A] concessão de perdão judicial.
[B] redução de um terço da pena imposta.
[C] redução de um quarto da pena imposta.
[D] redução da pena imposta pela metade.
[E] exclusão da pena imposta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 39

Leia parte da ementa do seguinte julgamento publicado pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo:

"É bem verdade que a Constituição Federal estabelece como garantia fundamental o direito de ninguém ser privado de seus bens sem o devido processo legal, porém, segundo informações da autoridade judicial impetrada, nos autos matriz teria restado comprovado que os valores encontrados nas contas bancárias da impetrante eram frutos de depósitos ilícitos realizados pelo grupo criminoso no qual seu ex-cônjuge fazia parte, sendo posteriormente condenado na ação penal matriz, portanto, não seriam de propriedade da impetrante. Nesse sentido a impetrante não foi propriamente privada de seu patrimônio, mas de valores arrecadados de forma ilícita por grupo criminoso que a usava como laranja para operações bancárias. Nada impede a impetrante de adotar as medidas judiciais cabíveis para comprovar a licitude da fonte dos valores depositados nas contas judiciais bloqueadas, podendo produzir provas materiais de sua alegação e assim procurar reverter a decisão fustigada. Mas, para tal, deve buscar os meios próprios. (...) Para se contrapor à decisão já transitada em julgado, e sendo necessária a produção de provas, outro é o caminho a ser tomado pela ora impetrante (...)".

(Disponível em: http://aplicativos.tjes.jus.br/sistemaspublicos/consulta_jurisprudencia/cons_jurisp.cfm. Acesso em: 09/01/2022.)

Extrai-se da narrativa que a ordem judicial de bloqueio de valores, proferida pelo juízo criminal, foi alvo de impugnação por terceiro, por meio da impetração do seguinte remédio constitucional:

[A] *Habeas Corpus*.
[B] Mandado de Segurança.
[C] *Habeas Data*.
[D] Embargos Infringentes.
[E] Agravo Regimental.

QUESTÃO 40

Em consonância com o sistema recursal disciplinado no Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941), nos processos de competência do Tribunal do Júri, os recursos cabíveis em face da decisão que pronunciar o réu e da sentença de impronúncia são:

[A] Agravo de instrumento e apelação, respectivamente.
[B] Recurso em sentido estrito, em ambos os casos.
[C] Apelação, em ambos os casos.
[D] Agravo de instrumento, em ambos os casos.
[E] Recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente.

QUESTÃO 41

Acerca dos sistemas de nulidades no direito processual penal, assinale a afirmativa **INCORRETA.**

[A] Os atos, cuja nulidade não tiver sido sanada, deverão ser renovados, mas nunca retificados.

[B] Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para a qual tenha concorrido.

[C] Ocorrerá nulidade por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, assim como da contradição entre estas.

[D] A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

[E] Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

QUESTÃO 42

Quanto às normas aplicáveis ao direito processual penal previstas na Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O processo, em trâmite no Juizado Especial Criminal, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

( ) No Juizado Especial Criminal, o processo objetivará, em todos os casos, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

( ) São processadas no Juizado Especial Criminal as infrações penais de menor potencial ofensivo, entendidas como contravenções penais e crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, excluída a multa.

( ) Nos processos de competência do Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

Assinale a sequência correta.

[A] V, F, V, F

[B] V, F, F, V

[C] F, V, F, V

[D] V, F, F, F

[E] F, V, V, V

QUESTÃO 43

Em conformidade com as disposições do Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689/1941), acerca do procedimento comum, analise as afirmativas.

I- O procedimento será sumaríssimo, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

II- Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação, exceto nas instâncias superiores.

III- A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

IV- O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.

Estão corretas as afirmativas

[A] II e III, apenas.

[B] I, II e III, apenas.

[C] II, III e IV, apenas.

[D] III e IV, apenas.

[E] I e IV, apenas.

QUESTÃO 44

Leia a seguinte conceituação doutrinária da ação de revisão criminal:

"A revisão criminal é uma ação de impugnação autônoma e *sui generis*, cujo fim é a desconstituição de uma sentença ou decisão transitada em julgado prejudicial ao condenado, de competência originária dos tribunais".

(SILVA, Marco Antonio Marques da; FREITAS, Jayme Walmer de. *Código de Processo Penal comentado.* São Paulo: Saraiva, 2012.)

Sobre o tema, assinale a afirmativa que está de acordo com o entendimento jurisprudencial atual e dominante.

[A] O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida em recurso especial afasta a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar posterior revisão criminal.

[B] É inadmissível a revisão criminal, com o intuito de desconstituir sentença condenatória sob fundamento de violação de texto expresso da lei penal, quando não for indicado o dispositivo de lei penal violado.

[C] A condenação penal definitiva imposta pelo Tribunal do Júri é passível de desconstituição mediante revisão criminal, não lhe sendo oponível a cláusula constitucional da soberania do veredicto do Conselho de Sentença.

[D] É válida para subsidiar ação revisional prova produzida unilateralmente, como a juntada de declaração de retratação assinada em cartório pela vítima, afirmando que o condenado não foi o autor do crime.

[E] A falta de intimação pessoal do defensor do réu gera nulidade no julgamento da revisão criminal, mesmo que o pedido revisional tenha sido formulado pelo próprio sentenciado.

DIREITO PENAL MILITAR

QUESTÃO 45

O artigo 2º do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações) prescreve: "Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil".

O referido dispositivo legal está relacionado com os seguintes princípios de aplicação da lei penal militar no tempo:

[A] Reserva legal e retroatividade da lei penal.

[B] Legalidade e tipicidade penal.

[C] Irretroatividade maléfica e retroatividade benéfica.

[D] *In dubio pro reo* e *in dubio pro societate.*

[E] Juiz Natural e inafastabilidade da jurisdição.

QUESTÃO 46

De acordo com as disposições do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações), acerca da conduta omissiva que resulta na imputação do crime, analise as afirmativas.

I- A omissão é relevante como causa quando o omitente devia e podia agir para produzir o resultado.

II- O dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

III- O dever de agir incumbe a quem assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.

IV- O dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento, ignorar a superveniência do resultado.

Estão corretas as afirmativas

[A] I e IV, apenas.

[B] I, II e III, apenas.

[C] I, III e IV, apenas.

[D] II e IV, apenas.

[E] II e III, apenas.

QUESTÃO 47

De acordo com as disposições do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações) acerca dos mínimos e máximos genéricos das penas principais, assinale a afirmativa correta.

[A] O mínimo da pena de reclusão é de dois anos, e o máximo de vinte anos; o mínimo da pena de detenção é de sessenta dias, e o máximo de cinco anos.

[B] O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de dez anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dois anos.

[C] O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos.

[D] O mínimo da pena de reclusão é de dois anos, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de sessenta dias, e o máximo de dez anos.

[E] O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de vinte anos; o mínimo da pena de detenção é de quarenta e cinco dias, e o máximo de um ano.

QUESTÃO 48

Tendo em vista as disposições gerais do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações), no que se refere a concurso de agentes, é correto afirmar:

[A] A pena é agravada com relação ao agente que executa o crime sob coação de outrem.

[B] A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

[C] A pena é atenuada em relação ao agente não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.

[D] A pena é atenuada com relação ao agente que participa do crime, mediante paga ou promessa de recompensa.

[E] A pena é atenuada com relação ao agente que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade.

QUESTÃO 49

Com base no Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações), **NÃO** é considerada pena acessória:

[A] Suspensão dos direitos políticos.

[B] Perda de posto e patente.

[C] Incompatibilidade com o oficialato.

[D] Suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.

[E] Inabilitação para o exercício de função pública.

QUESTÃO 50

De acordo com as disposições do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações), no que se refere às medidas de segurança de caráter pessoal, assinale a afirmativa correta.

[A] O exílio local é medida preventiva, a bem da ordem pública ou do próprio condenado, que consiste na proibição de que este resida ou permaneça, durante um ano, pelo menos, na localidade, município ou comarca em que o crime foi praticado.

[B] A proibição de frequentar determinados lugares consiste em privar o condenado, pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, da faculdade de acesso a lugares que favoreçam, por qualquer motivo, seu retorno à atividade criminosa.

[C] O exílio local consiste em privar o condenado, durante 6 (seis) meses, pelo menos, da faculdade de acesso a lugares que favoreçam, por qualquer motivo, seu retorno à atividade criminosa.

[D] A internação deve visar apenas o tratamento curativo do internado, desligando-o do regime educativo ou de trabalho lucrativo.

[E] A internação, cujo mínimo deve ser fixado de entre um a três anos, é por tempo determinado, podendo cessar antes do termo final fixado, desde que atestada, mediante perícia médica, a cessação da periculosidade do internado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

QUESTÃO 51

Em consonância com as disposições do Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), os prazos ordinários para terminação do inquérito policial militar são de

[A] vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado a partir da data da prisão e quarenta dias, se o indiciado estiver solto, contado a partir da data de instauração do inquérito.

[B] trinta dias, se o indiciado estiver preso, contado a partir da data da prisão e quarenta dias, se o indiciado estiver solto, contado a partir da data de instauração do inquérito.

[C] trinta dias, em qualquer caso, contado a partir da data de instauração do inquérito.

[D] quarenta dias, em qualquer caso, contado a partir da data de instauração do inquérito.

[E] trinta dias, contado a partir da data da prisão, se o indiciado estiver preso, ou da data de instauração do inquérito, se o indiciado estiver solto.

QUESTÃO 52

Segundo o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), assinale a afirmativa correta acerca dos auxiliares do processo.

[A] O encargo de perito ou intérprete poderá ser recusado, desde que apresentada justificativa, cabendo ao juiz convocar o substituto.

[B] Não cabe exceção de suspeição ou impedimento em face de serventuários da Justiça Militar.

[C] O oficial de justiça, após o cumprimento do mandado, deverá entregá-lo em cartório no prazo de 2 (dois) dias úteis, salvo motivo de força maior.

[D] Os peritos ou intérpretes serão nomeados de preferência dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade.

[E] Os peritos e intérpretes serão de nomeação do juiz, após prévia oitiva das partes.

QUESTÃO 53

Nos termos da legislação processual penal militar, **NÃO** é considerado impedido, nem suspeito, o Juiz

[A] cujo ascendente estiver respondendo a processo por fato análogo.

[B] cujo cônjuge tiver funcionado como defensor no processo.

[C] que tiver desempenhado, ele próprio, função de autoridade policial no processo.

[D] que tiver celebrado negócio jurídico com qualquer das partes.

[E] que tiver aconselhado qualquer das partes.

QUESTÃO 54

De acordo com a legislação processual penal militar, quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração penal, a modificação de competência jurisdicional decorre de

[A] desaforamento.

[B] conexão.

[C] continência.

[D] litispendência.

[E] avocação.

QUESTÃO 55

Tendo em vista o disposto no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) acerca das etapas do processo de deserção de oficial, numere os itens, observando a ordem lógica de sucessão dos atos que antecedem o rito processual perante o Conselho Especial de Justiça e respectivo julgamento.

( ) Apresentação ou captura do desertor.
( ) Publicação do termo de deserção em boletim.
( ) Lavratura do termo de deserção.
( ) Autuação e vista ao Ministério Público.
( ) Remessa do termo de deserção e documentos à Auditoria.

Assinale a sequência correta.

[A] 4, 2, 1, 5, 3
[B] 5, 2, 1, 4, 3
[C] 4, 3, 1, 5, 2
[D] 5, 3, 2, 4, 1
[E] 3, 5, 4, 1, 2

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E LEGISLAÇÃO POLICIAL MILITAR DE MATO GROSSO

QUESTÃO 56

A Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, prevê a possibilidade de substituição de pena privativa de liberdade pela seguinte pena restritiva de direitos:

[A] Suspensão de direitos políticos pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos.
[B] Suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, sem a perda dos vencimentos e das vantagens.
[C] Cassação de direitos políticos.
[D] Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.
[E] Limitação de fim de semana.

QUESTÃO 57

Com base na Lei nº 9.455/1997, que dispõe sobre os crimes de tortura, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial.
( ) Aumenta-se a pena de um sexto até um terço se o crime é cometido por agente público.
( ) O crime de tortura é afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia.
( ) É cabível a aplicação da legislação penal pátria, em caso de tortura cometida fora do território nacional, quando o agente estiver em local sob jurisdição brasileira.

Assinale a sequência correta.

[A] F, V, V, F
[B] V, V, F, F
[C] V, V, F, V
[D] V, F, V, V
[E] F, F, V, V

QUESTÃO 58

Tendo em vista as disposições gerais da Lei Complementar Estadual nº 555/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso, é **INCORRETO** afirmar:

[A] É dever fundamental do militar estadual qualquer prestação de contas, ainda que com atraso, como condição essencial da gestão dos bens e direitos da coletividade.

[B] São manifestações essenciais dos valores militares o espírito de corpo, expresso pelo orgulho do militar estadual pela organização onde serve.

[C] É dever fundamental do militar estadual dedicar-se integralmente à atividade militar estadual e à instituição a que pertence, mesmo com o risco da própria vida.

[D] Os atos dos militares estaduais verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

[E] O militar estadual atua junto à comunidade e nunca deverá ser instrumento para favorecimento de grupos ou instituições.

QUESTÃO 59

Em matéria de punição disciplinar, conforme disposto no Decreto Estadual nº 1.329/1978 (Regulamento Disciplinar da PMMT), é correto afirmar:

[A] As punições disciplinares de detenção e prisão não podem ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias.

[B] A advertência, por ser verbal, deve constar das alterações do punido, bem como ser registrada em sua ficha disciplinar.

[C] A repreensão é a punição que não priva o punido da liberdade, nem precisa ser publicada em boletim.

[D] A prisão do oficial ou aspirante, a critério da autoridade que aplicou a punição, pode ser cumprida na própria residência do militar, quando não for superior a 24 (vinte e quatro) horas.

[E] A detenção consiste no cerceamento da liberdade do punido, que deverá permanecer no local a ele determinado, normalmente o quartel, sem que fique, no entanto, confinado.

QUESTÃO 60

De acordo com o disposto na Constituição do Estado de Mato Grosso, aos Conselhos de Justiça Militar, constituídos na forma da Lei de Organização Judiciária, compete:

[A] Em primeiro grau, processar e julgar apenas os Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, nos crimes militares assim definidos em lei.

[B] Em primeiro grau, processar e julgar os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, pela prática de crimes militares e comuns.

[C] Em primeiro grau, processar e julgar os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, nos crimes militares assim definidos em lei.

[D] Em segundo grau, processar e julgar os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, nos crimes militares assim definidos em lei.

[E] Em segundo grau, processar apenas os integrantes da Polícia Militar, nos crimes militares assim definidos em lei.

REDAÇÃO

Instrução: Leia atentamente os textos de apoio.

Qualquer experiência que envolva fãs e devotos com intensa paixão e emoção está a um passo do fanatismo. O termo *fanatismo,* do latim *fanaticus***,** "o que pertence a um templo (fanum)", foi utilizado a partir do século XVIII para se referir a pessoas que seriam partidárias extremistas, exaltadas e acríticas de uma causa religiosa ou política. O grande perigo do fanatismo consiste na certeza absoluta e incontestável que o devoto tem a respeito de suas verdades. Detentor de uma certeza que lhe foi revelada por uma divindade ou por um líder (portanto, não uma verdade qualquer, mas A verdade), o fanático não age com a razão quando defrontado com posições diferentes ou questionamentos daquilo que defende. São características do fanatismo a irracionalidade, o autoritarismo e o agir passional, frequentemente agressivo.

(CUNHA, Magali. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/ha-alguma-coisa-boa-no-fanatismo/. Acesso em 10/12/2021.)

O significado mais comum do conceito de fanatismo diz respeito a um excesso de admiração ou zelo cego e veemente em relação a alguma coisa, é um sentimento de cuidado excessivo que não raramente produz desprezo e intolerância para com qualquer elemento diferente em qualquer campo ou domínio a que esteja associado. A forma de fanatismo que mais frequentemente vem à mente de quem ouve esta expressão é o fanatismo religioso, que pode ser verificado tanto na história do cristianismo no ocidente quanto nas guerras provocadas por diversos grupos radicais muçulmanos no Oriente Médio durante os séculos XX e XXI, por exemplo.

Outra forma de fanatismo, no entanto, veio à luz ainda no início do século XX e demonstrou ser tão perigosa e resistente quanto o fanatismo religioso, perdurando até o presente século: o fanatismo político. Nele, em nome da adesão a um partido, uma ideologia ou um movimento político, abolem-se os limites humanos na política enquanto divinizam-se tanto certas concepções políticas quanto os indivíduos que as encarnam. Nesse sentido, o fanatismo político acaba por assemelhar-se ao fanatismo religioso, onde a ideologia ou o indivíduo que a encarna assumem o lugar de Deus, detentor da verdade absoluta.

(SCHNAELTER, Matheus Maia. Disponível em: https://www.infoescola.com/comportamento/fanatismo/. Acesso em: 13/12/2021.)

E torcer no futebol surge como o mais novo fundamento para atitudes antissociais e violências, não só contra simpatizantes dos times "inimigos", mas também contra determinados grupos étnicos, mulheres, homossexuais e migrantes. Os hooligans e os membros das torcidas organizadas no Brasil são evidentemente sujeitos fanáticos.

Num tempo de perplexidade, em que olhamos para as conquistas da humanidade, por um lado, mas vemos, por outro, os homens exibindo sua face mais cruel, é muito importante analisar as várias das diversas faces que o fanatismo adquiriu ao longo do tempo e em contextos distintos. Numa época de homens-bomba, atentados terroristas, manifestações racistas, ações extremistas, pensar o fanatismo é atual, relevante e urgente.

(PINSKY, Jaime e BASSANEZI, Carla. Disponível em: https://www.tribunapr.com.br/blogs/opiniao/o-fanatismo-na-historia/. Acesso em: 14/12/2021.)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Os estudiosos costumam apontar quatro principais justificativas ideológicas adotadas por fanáticos: as religiosas, as racistas, as políticas e as esportivas. Escolha um desses tipos de fanatismo e produza um texto dissertativo-argumentativo, discutindo, também com exemplos, a questão: Como não se influenciar pelo fanatismo?

Lembre-se de que clareza, coesão, coerência e correção gramatical devem estar presentes em seu texto.

Atenção: Não assine seu texto.

PÁGINA DE RASCUNHO

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

EM BRANCO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCURSO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO EFETIVO DE ALUNO-A-OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa	Questão	Alternativa	Questão	Alternativa
01		21		41	
02		22		42	
03		23		43	
04		24		44	
05		25		45	
06		26		46	
07		27		47	
08		28		48	
09		29		49	
10		30		50	
11		31		51	
12		32		52	
13		33		53	
14		34		54	
15		35		55	
16		36		56	
17		37		57	
18		38		58	
19		39		59	
20		40		60	